

CORPORATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E MINÉRIO-DEPENDÊNCIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO -MG

*CORPORATIZATION OF THE TERRITORY AND MINERAL-DEPENDENCE: EMPIRICAL EVIDENCE
IN CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - MG*

 Gustavo Soares Iorio ¹

 Tádzio Peters Coelho ²

^A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil

^B Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a formação da minério-dependência em Conceição do Mato Dentro (MG) a partir a implementação do Projeto Minas-Rio, sob responsabilidade da companhia Anglo American, que começou a operar em 2014. A pesquisa baseia-se em dados secundários para explorar a estrutura produtiva local, usando como fontes principais os dados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), a Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), Censo Agropecuário e Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). A investigação demonstrou que, apesar dos indicadores econômicos e sociais vultuosos, o setor extrativo não logrou superar os entraves ao desenvolvimento no município e, muito pelo contrário, está consolidando uma condição minério-dependente no município.

Palavras-chave: Minério-dependência; Conceição do Mato Dentro (MG); Territórios Corporativos da Mineração.

Abstract

The aim of this article is to analyze the formation of mineral dependency in Conceição do Mato Dentro (MG) following the implementation of the Minas-Rio Project, managed by Anglo American, which began operations in 2014. The research draws on secondary data to examine the local productive structure, with primary sources including data from the Financial Compensation for the Exploitation of Mineral Resources (CFEM), the Annual Social Indicators Report (RAIS), the Agricultural Census, and the Municipal Agricultural Survey (PAM). The investigation revealed that, despite significant economic and social indicators, the extractive sector has failed to overcome developmental challenges in the municipality. On the contrary, it has entrenched a condition of mineral dependency in Conceição do Mato Dentro.

Keywords: Mineral-dependence; Conceição do Mato Dentro (MG); Corporate Mining Territories.

Recebido em: 11/09/2024 | 26/08/2025

Correspondência para: Gustavo Soares Iorio (iorio.gustavo@ufjf.br)

INTRODUÇÃO

Conceição do Mato Dentro (CMD) é um município mineiro com 23.163 habitantes (IBGE, 2023), onde se encontra parte do Projeto Minas-Rio da mineradora Anglo American. A discussão sobre municípios e regiões mineradas contempla diversas dimensões, inclusive o tema da minério-dependência. O fato de a estrutura produtiva de diversos municípios estar centrada na atividade mineradora gera uma rede de relações de poder caracterizada pela centralização das demandas das mineradoras, situação multidimensional: econômica, política e social.

Neste artigo, analisamos a situação de minério-dependência em Conceição do Mato Dentro através da análise de dados secundários acerca da estrutura produtiva local. Esta pesquisa pretende ser uma primeira apreciação empírica, a ser consubstanciada à luz de uma apreciação teórica mais específica *a posteriori*. Na primeira seção do texto, após esta





introdução, começamos por discutir os fundamentos teóricos que subsidiam esta análise, a saber: as noções de território corporativo e minério-dependência. Na segunda seção, debatemos especificamente o Projeto Minas-Rio e a formação da minério-dependência em Conceição do Mato Dentro analisando indicadores sociais e econômicos, especialmente os pagamentos de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Em seguida, na terceira seção, apreciamos o impacto do Projeto Minas-Rio na dinâmica do espaço rural do município, identificando a decomposição dos modos de vida estabelecidos até então. Na quarta seção nos detemos sobre o impacto do empreendimento na economia municipal, especificamente no que concerne à geração de emprego e ao Valor Adicionado Bruto (VAB). Na última seção antes das considerações finais apresentamos os dados relativos ao trabalho de campo em Conceição do Mato Dentro, conduzido em 2019, envolvendo entrevistas semiestruturadas com agentes-chave, além de visitas às residências afetadas pela barragem de rejeitos do Projeto Minas-Rio.

A CORPORATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA

Um lugar se define pela convergência e convivência de múltiplos tempos e processos (SANTOS, 2004). Formas de vida, produção e reprodução social estabelecem-se e configuram um território, até este ser atravessado por um evento [1] capaz de perturbar as configurações pretéritas. Uma vez concretizado, as formas de produção e reprodução até então vigentes são rompidas e dão lugar para que outros nexos se estabeleçam, acomodando a novidade em um novo sistema solidário [2].

O acontecer solidário, segundo Milton Santos (2004. pp. 166-167) ocorre sob três aspectos: homólogo, complementar e hierárquico. i) homólogo – arranjos produtivos locais, onde há extensão de uma prática compartilhada; ii) complementar – quando funções diferentes se complementam, *p. ex.*, campo-cidade; iii) hierárquico – quando um exerce comando sobre o outro.

Nos dois primeiros casos, há o requisito da contiguidade, o que não ocorre no terceiro caso, marcado pela separação entre o *lôcus* de definição do sentido das ações e o *lôcus* de materialização do mesmo. A conexão entre estas escalas se dá pelas Redes Globais de Produção (RGP) (HENDERSON, 2011), através das quais vertem fluxos de valor (e mais-valor) de onde são produzidos (os lugares subordinados) para onde são apropriados (centros de comando); e fluxos de comando dado pelas estratégias corporativas particulares (SANTOS, MILANEZ, 2018).

No momento em que as estratégias corporativas passam a comandar os territórios, temos os territórios corporativos, quando “estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo” (SANTOS, 2011. p. 291). Para o setor mineral, temos empregado o termo territórios corporativos da mineração (IORIO, MAGNO, 2019; MAGNO, WANDERLEY, IORIO, MILANEZ, 2023).

Os territórios se corporatizam e ao fazê-lo, se alienam, no sentido de que lhes escapa a capacidade de comando sobre a dinâmica local. As decisões tornam-se subordinadas às estratégias da corporação predominante. Nos dizeres de Milton Santos (2011. pp. 300-301):



Todas essas vantagens comparativas que exaltam os índices econômicos obtidos devem, pois, ser contrastadas com o fato de a coerência e, às vezes, o brilho das atividades locais constituírem uma coerência subordinada, dependente de entidades estranhas à área e cujo processo obedece a mandamentos que não tem nem inspiração local nem preocupação com os destinos locais (exceto naquilo que corresponde ao seu interesse privatista e imediato), de modo que o processo de crescimento realizado no lugar pode ser definido como um processo alienado, o que autoriza a considerar tais atividades como especializações não apenas alienígenas, por sua origem, mas alienadas, pelo seu desenvolvimento e destino. Nesse caso, não se trata apenas de uma exteriorização ou abertura -como parece na moda atualmente -, mas de verdadeira alienação.

A alienação do território implica em sua subordinação dentro de uma rede de relações de poder. A coerência interna dos lugares passa a ser costurada pelos interesses de acumulação de uma corporação cujo sentido produtivo reside nos altos circuitos do mercado global. Estas forças apresentam-se como vetores de modernização, ostentando índices econômicos pululantes. No entanto, os índices elevados contrastam, via de regra, com indicadores sociais que não acompanham a mesma performance.

A explicação para este contraste não pode ser alcançada por uma perspectiva dualista, que opõe um setor moderno a outro atrasado enquanto fenômenos distintos e desconectados (OLIVEIRA, 2013). Ao contrário, conforme já nos demonstrou Marini (2017a, 2017b), a evolução dos setores modernos-industriais é tributária de um regime de acumulação baseado na superexploração do trabalho, cujo mecanismo depende da capacidade de manter rebaixados os salários, remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor (custo de reprodução).

Esta capacidade está intrinsecamente relacionada à decomposição da estrutura agrária destes lugares. Já na economia urbana, este fenômeno se manifesta pelo entrelaçamento dos dois circuitos, o superior e o inferior (SANTOS, 2008). Este entrelaçar se faz evidente através da análise da estrutura de emprego. Via de regra, os empregos vinculados ao setor moderno apresentam salários bem acima dos demais.

O entrecruzamento entre alienação/corporatização do território, a perpetuação da desigualdade/pobreza e o caráter subordinado do desenvolvimento converge para o que aqui definimos como minério-dependência (COELHO, 2018, 2023). Por este termo, nos referimos à dependência econômica, política e social de um lugar ao setor mineral. Dependência denota subordinação, perda de capacidade decisória; em uma palavra: alienação.

É dependente porque a trajetória almejada nunca é alcançada. E assim o é, não por má execução ou infortúnio. E sim porque, estruturalmente, o desenvolvimento de forma subordinada acentua as características da dependência, ao invés de obliterá-las (MARINI, 2017a).

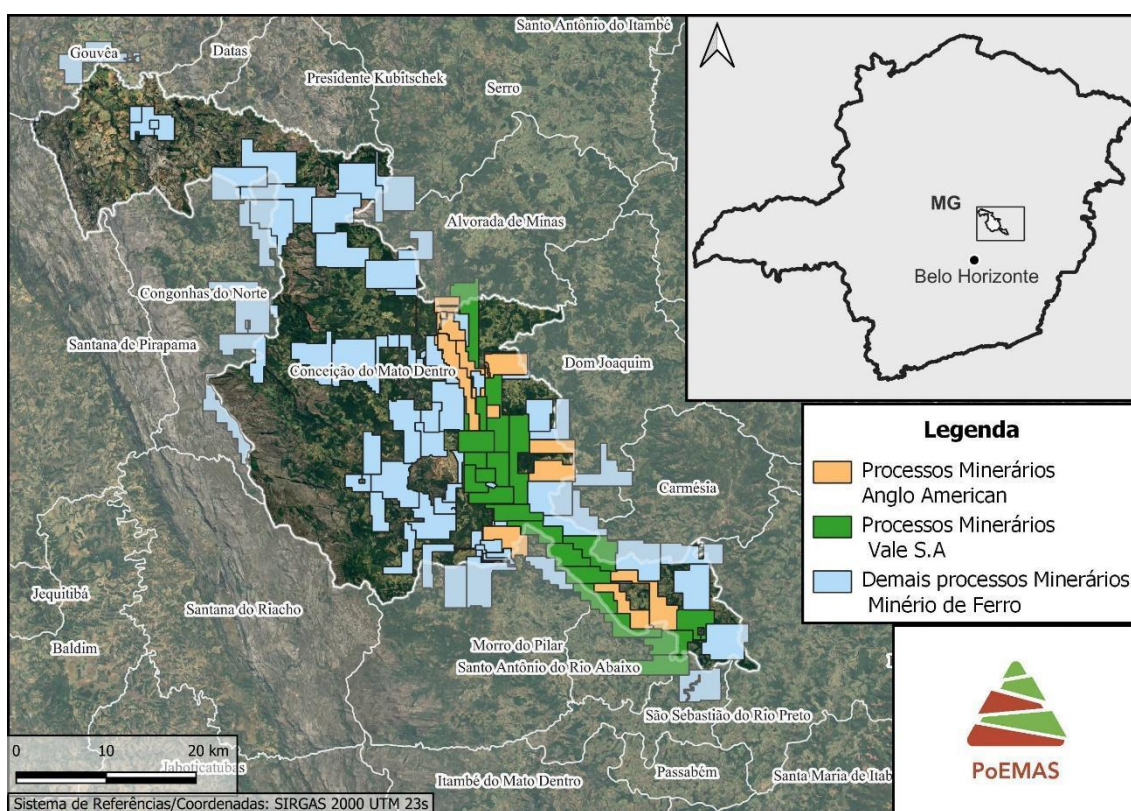
Trata-se de fenômeno que possui bases concretas, nas características da estrutura produtiva local/regional, mas se caracteriza fundamentalmente pela rede de relações de poder territorializada nesses municípios/regiões. Possui, para além disso, uma performance narrativa que legitima tal estrutura produtiva, não obstante uma diversidade de danos gerados às populações e ao meio ambiente.



A INSERÇÃO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (MG) NA REDE GLOBAL DE PRODUÇÃO (RGP) DO MINÉRIO DE FERRO

O empreendimento Minas-Rio é a operação de minério de ferro no Brasil da Anglo American, está localizado nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, no município de Conceição do Mato Dentro, estão mina e usina de beneficiamento, enquanto a barragem de rejeitos está em Alvorada de Minas. A produção é escoada por um mineroduto de 529km de extensão, até o Porto de Açu em São João da Barra (RJ). A instalação portuária é dividida entre a Anglo e a Ferroport.

Figura 1 – Processos de Minério de Ferro em Conceição do Mato Dentro (MG)



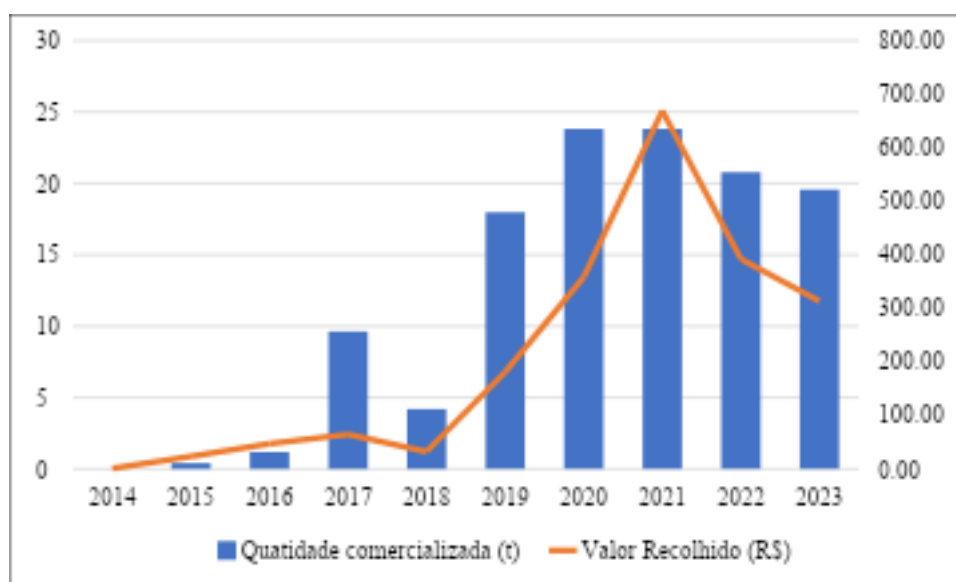
Fonte: IBGE, ANM. Organizado pelos autores.

O Minas-Rio foi adquirido pela Anglo American junto à empresa MMX Mineração e Metálicos S.A. entre 2007 e 2008, e a produção mineral começou em 2014, com o primeiro embarque de minério de ferro sendo entregue em outubro de 2014 (ANGLO AMERICAN, 2015), aumentando continuamente sua capacidade extrativa até 2017, com o Minas-Rio tendo em 2018 aprovada a sua terceira expansão, intitulada Step 3, em janeiro de 2018. Ao longo de 2018, ocorreram dois grandes vazamentos no mineroduto, levando à paralisação na produção do minério de ferro.



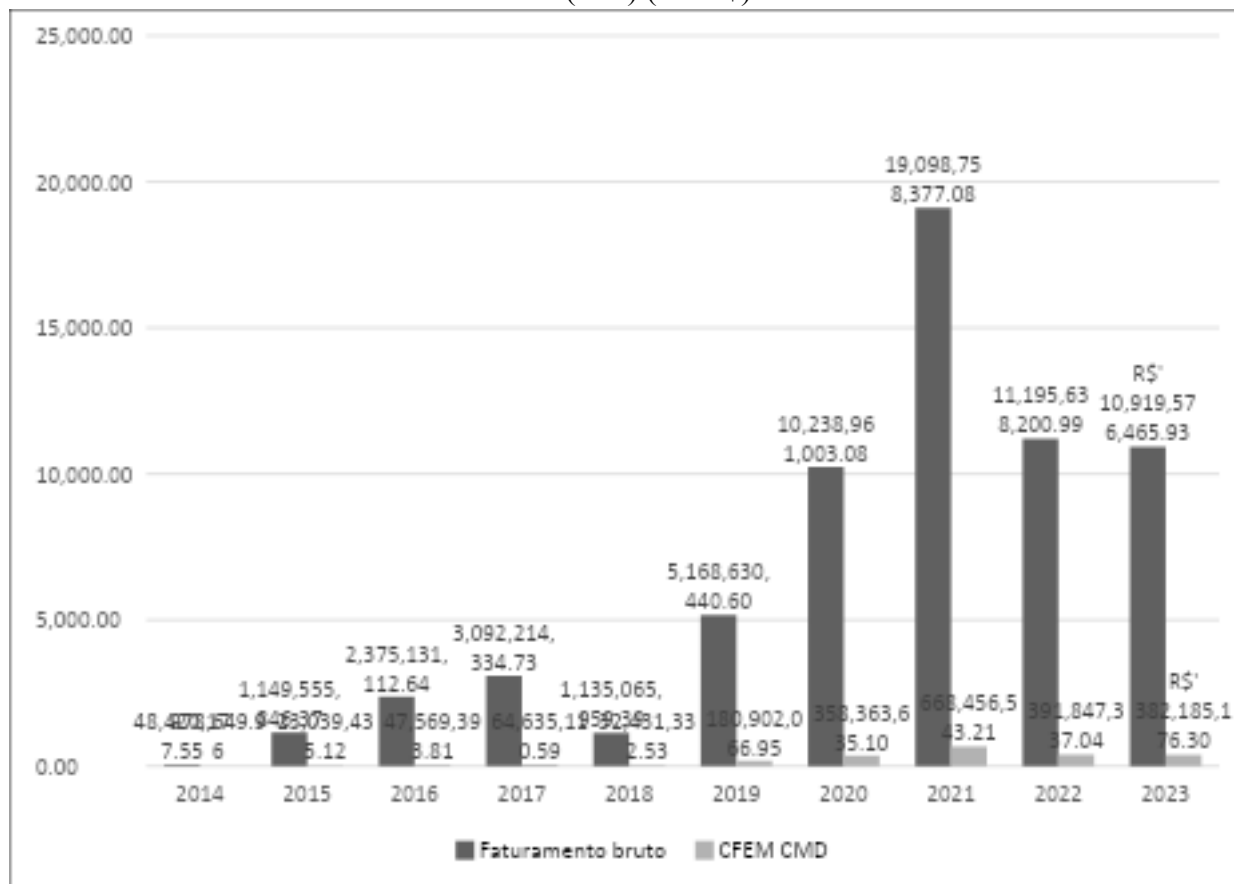
O Minas-Rio foi planejado durante o cenário de alta nos preços do minério de ferro, período conhecido como boom das commodities, quando o preço da tonelada do minério de ferro no mercado internacional ultrapassou os US\$ 100. No entanto, quando iniciou a produção e a comercialização, o preço estava em queda, com preço médio de US\$ 57 da tonelada métrica de minério de ferro, no Minas-Rio, em 2014, chegando a US\$ 41 em 2015 (ANGLO AMERICAN, 2015; ANGLO AMERICAN, 2016). O custo de extração por tonelada começou alto (US\$ 60), mas se estabilizou em US\$ 30, em 2017, antes dos rompimentos de tubulação no mineroduto, o que provavelmente deve-se a entrada do projeto na etapa de *ramp-up*, quando a instalação do projeto já havia sido concluída e, portanto, os custos diminuíram.

Gráfico 1 – Conceição do Mato Dentro: Quantidade comercializada de minério e Valor recolhido de CFEM



Fonte: Agência Nacional de Mineração (ANM). Elaborado pelos autores

Com dados disponíveis nos relatórios anuais da empresa, de produção mineral e preço médio por tonelada métrica, foi possível calcular a receita bruta anual do Minas-Rio e compará-la à CFEM paga.

**Gráfico 2:** Receita bruta da Anglo American e CFEM total paga em Conceição do Mato Dentro (MG) (em R\$)

Fontes: ANM, 2024.

Cruzando os dados referentes à CFEM total arrecadada pela ANM e declarada como recebida pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro nota-se que a ANM repassou à prefeitura de Conceição do Mato Dentro valores inferiores aos definidos pela legislação vigente, até dezembro de 2017, que estipulava o valor de 65% da CFEM para os municípios produtores até 2017. No entanto, a ANM repassou valores inferiores aos definidos por lei, entre 2015 e 2017.

Tabela 1 – CFEM em Conceição do Mato Dentro (MG)

Ano	CFEM total	CFEM CMD	CFEM de CMD/CFEM total
2015	R\$ 23.039.435,12	R\$ 13.847.285,83	60.1%
2016	R\$ 47.569.393,81	R\$ 28.954.224,77	60.8%
2017	R\$ 69.332.510,40	R\$ 41.399.698,46	59.7%
2018	R\$ 32.431.332,53	R\$ 23.567.489,68	72.6%
2019	R\$ 180.902.066,95	R\$ 110.916.204,09	61.3%
2020	R\$ 358.363.635,10	R\$ 201.430.727,79	56.2%
2021	R\$ 668.456.543,21	R\$ 387.309.732,51	57.9%
2022	R\$ 391.847.337,04	R\$ 259.054.038,05	66.1%
2023	R\$ 382.185.176,30	R\$ 221.782.119,29	58%

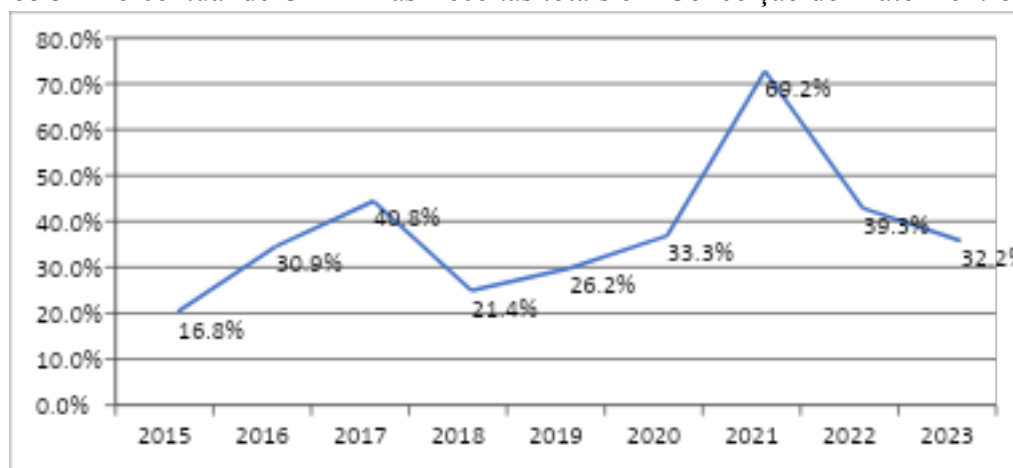
Fontes: ANM, 2024; Siconfi, 2019. Organizado pelos autores.



Em conversa com a prefeitura [3], foi dito que geralmente os pagamentos da CFEM são realizados no mês seguinte ao mês de referência, por isso os pagamentos de dezembro são contabilizados no ano posterior nas estatísticas oficiais. Mesmo assim, a média do período está muito abaixo do que seria o correspondente à porcentagem exigida. Ainda, em reunião com a prefeitura, declararam que não sabem quanto é pago de Imposto sobre serviços (ISS) e Valor Adicionado Fiscal (VAF) pelas empresas terceirizadas.

No Gráfico 3, estão representadas a porcentagem decorrente da CFEM em cada ano nas receitas totais em Conceição do Mato Dentro. A CFEM aumentou em termos absolutos e relativos de acordo com o incremento da produção da empresa, chegando a ocupar mais de 40% das receitas do município em 2017. Em 2018, a CFEM caiu devido à paralisação nas atividades da empresa, voltando a subir continuamente nos anos seguintes até atingir 69,2% em 2021. Como podemos notar, a CFEM é uma fonte de recursos central para a arrecadação municipal.

Gráfico 3 – Percentual de CFEM nas Receitas totais em Conceição do Mato Dentro (MG)



Fonte: Siconfi, 2019. Organizado pelos autores

Acerca das despesas e da arrecadação, em 2018, em Conceição do Mato Dentro, não foi possível verificar onde os recursos provenientes da CFEM foram aplicados, não obstante a Lei N° 3.540 de 2017 prever a transparência no que se refere ao uso dos recursos da CFEM:

§ 13. Anualmente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tornarão públicas as informações relativas à aplicação das parcelas da CFEM a eles destinadas, na forma estabelecida na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, de modo a se ter absoluta transparência na gestão dos recursos da CFEM (Incluído pela Lei nº 13 540, de 2017).

De acordo com a pesquisa De Olho na CFEM (2024), em relação ao exercício de 2022, o portal da prefeitura de Conceição do Mato Dentro passou a incluir uma seção demonstrativos de despesas com receita CFEM.

Uma das preocupações em municípios minerados é com a crescente especialização da estrutura produtiva na mineração (CORREIA, 2019). Supostamente, investimentos públicos e privados seriam destinados à própria atividade mineradora, reforçando o caráter primário-exportador da economia local, muitas vezes em detrimento de outras atividades econômicas. O desestímulo a outras atividades, em nome de incentivos criados para o desenvolvimento da mineração e a não criação de alternativas econômicas evidenciam o custo



de oportunidade para estas economias. O custo de oportunidade é o que se perde pela renúncia a um bem ao se optar por obter outro bem, isto é, a renúncia dos benefícios a serem gerados por um bem quando escolhemos produzir um segundo bem ao invés do primeiro. Assim, o incentivo à mineração tem outro lado, que é o da renúncia aos benefícios que poderiam ser gerados por outros tipos de atividade econômica.

A CONSTRUÇÃO DA MINÉRIO-DEPENDÊNCIA: FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO HERDADO

Conforme descrito na primeira seção, ao receber um empreendimento de uma grande corporação, um lugar é reestruturado. Os nexos econômicos, sociais e políticos pretéritos são descontinuados e reorganizados à luz dos interesses de novo agente que vai estabelecer um novo tecido territorial. Conceição do Mato Dentro não escapou a esta lógica, conforme se pode compreender através dos dados disponíveis.

A princípio, cumpre dizer que, do ponto de vista populacional, a implementação do Projeto Minas-Rio alterou a dinâmica demográfica do município, alterando uma tendência de declínio na população total (Tabela 2).

Tabela 2 – População urbana e rural em Conceição do Mato Dentro (MG)

	1991		2000		2010		2022	
	nº	% do total	nº	% do total	nº	% do total	nº	% do total
Urbana	9104	48,63%	10636	57,07%	12269	68,51%	17962	77,55%
Rural	9.617	51,37%	8001	42,93%	5639	31,49%	5201	22,45%
Total	18721		18637		17908		23163	

Fonte: Censo (1991, 2000, 2010, 2022). Organizado pelos autores.

De 1991 a 2010, antes do empreendimento minerário, há uma perene tendência declinante da população total, revertida drasticamente no Censo de 2022, expressando o impacto do empreendimento. Outra tendência, a de elevação do grau de urbanização, também é constante no intervalo, e acentuada em 2022, quando atinge o maior índice. Quando se compara o número de pessoal empregado em estabelecimentos rurais de 2006 com 2017, temos o seguinte resultado:

Tabela 3 – Pessoal empregado em estabelecimentos rurais em Conceição do Mato Dentro (MG), 2006-2017

	2006	2017	variação
com parentesco	2894	2855	-1,35%
sem parentesco	725	1018	40,41%
Total	3619	3873	7,02%

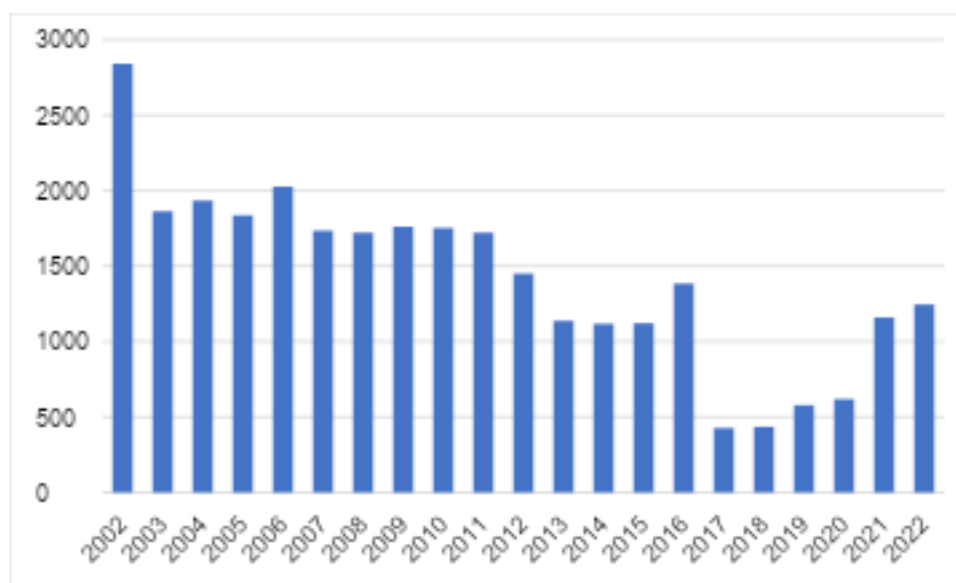
Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017). Organizado pelos autores.



Houve um aumento de 7% do pessoal empregado em estabelecimentos rurais entre 2006 e 2017, enquanto a população total cresceu 29% entre 2010 e 2022 [4]. Ou seja, a população total cresceu mais do que três vezes a mais do que o pessoal empregado em estabelecimentos rurais. Além do mais, não se pode desprezar o fato de que este incremento se deu fundamentalmente em pessoal ocupado sem relação de parentesco com o proprietário do estabelecimento (40%), enquanto o pessoal ocupado com parentesco inclusive declinou (-1,35). Nos deparamos aqui com o primeiro indício de alteração nas relações de produção e reprodução no meio rural de Conceição do Mato Dentro, apontando para relações mais mercantilizadas/institucionalizadas, e menos tradicionais/camponesas. Fato que também se evidencia na produção agrícola do município.

Ao contrário da tendência de aumento populacional, houve a retração na área plantada por lavouras permanentes e temporárias no município, como se vê no Gráfico 4. Ao longo de 20 anos, o município regrediu de 2841 hectares (ha) plantados para 1245 ha em 2022, chegando a cultivar tão somente 427 ha no ano de 2017, três anos após o Projeto Minas Rio entrar em operação.

Gráfico 4 – Conceição do Mato Dentro (MG): área plantada ou destinada à colheita (Hectares)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Elaborado pelos autores.

O Gráfico 4, nos apresenta um recuo substantivo da área plantada em Conceição do Mato Dentro desde a implementação do Projeto Minas-Rio. Inclusive, os anos de 2007 (começo da implementação), 2013 (um ano antes do começo da operação) e 2017 são os marcos deste recuo. Agora, quando olhado mais de perto, percebe-se que o impacto não é linear entre todos os cultivos do município, conforme se pode ver na Tabela 4:

**Tabela 4** – 10 principais cultivos em área (ha)* em Conceição do Mato Dentro (MG)

Cultivo		Área plantada (ha) 2006	Área plantada (ha) 2022	Varição em ha 2006-2022
1º	Milho (em grão)	950	640	-32,63%
2º	Cana-de-açúcar	250	130	-48,00%
3º	Feijão (em grão)	190	283	48,95%
4º	Café (em grão) Total	160	19	-88,13%
5º	Mandioca	150	123	-18,00%
6º	Banana (cachos)	130	36	-72,31%
7º	Arroz (em casca)	122	0	-100,00%
8º	Laranja	35	2	-94,29%
9º	Amendoim (em casca)	10	2	-80,00%
10º	Manga	8	1	-87,50%
Total		2028	1245	-38,61%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Organizado pelos autores.

* Os dez cultivares listados constam como principais no ano de 2006.

A Tabela 4 toma como referências os dez cultivos mais significativos em termos de área no município no ano de 2006, antes de começar o Projeto Minas-Rio, e comparamos estes mesmos cultivos com o ano de 2022 (último ano da série). Quando confrontamos o comportamento de cada cultivo ao longo do processo, notamos que há uma clivagem que se refere à função do cultivo na região, se é comercial ou de consumo próprio.

Através da análise da Tabela 5 identifica-se que o comportamento do valor de produção agrícola destoa da área plantada. Em relação ao valor de produção, pode-se dizer que houve regressão da diversidade produtiva entre 2006 e 2022. Um rol menor de produtos manifestou valor produzido significativo. Muito embora menos diversos, os cultivares mantidos lograram incrementar o valor produzido, o que pode ter colaborado também o preço dos bens agrícolas produzidos. Dito em poucas palavras, a produção agrícola ficou mais produtiva e menos diversa do ponto de vista do valor comercial obtido.

Tabela 5 – Onze principais produtos por valor de produção em 2006 em Conceição do Mato Dentro – MG*

Cultivo		Valor da produção (mil R\$) – 2006	Valor da produção (mil R\$) – 2022	Varição nominal 2006 - 2022 (mil R\$)
1º	Banana (cachos)	R\$ 971,00	R\$ 1.038,00	6,90%
2º	Mandioca	R\$ 762,00	R\$ 900,00	18,11%
3º	Cana-de-açúcar	R\$ 555,00	R\$ 1.092,00	96,76%



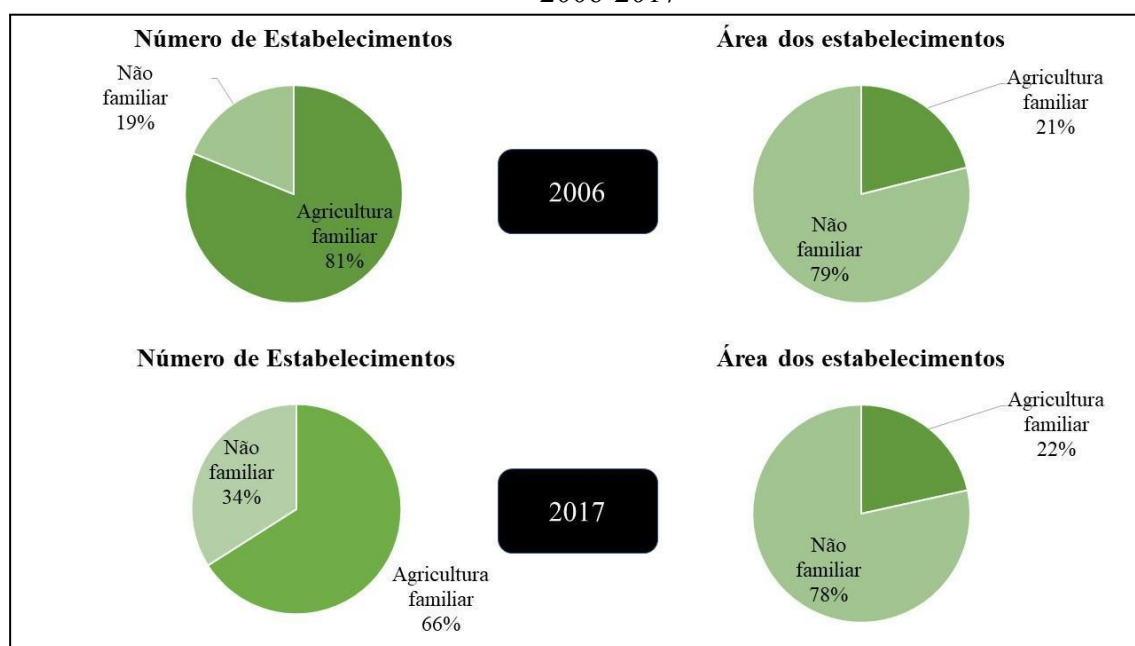
4º	Café (em grão) Total	R\$ 492,00	R\$	480,00	-2,44%
5º	Laranja	R\$ 302,00	R\$	38,00	-87,42%
6º	Arroz (em casca)	R\$ 253,00	R\$	-	-100,00%
7º	Feijão (em grão)	R\$ 88,00	R\$	918,00	943,18%
8º	Abacaxi*	R\$ 51,00	R\$	75,00	47,06%
9º	Alho	R\$ 43,00	R\$	-	-100,00%
10º	Abacate	R\$ 21,00	R\$	-	-100,00%
11º	Milho	R\$ 19,00	R\$	2427,00	12674%
	Total	R\$ 3.624,00	R\$	7.500,00	106,95%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Organizado pelos autores.

* Optou-se por 11 cultivares, ao invés de 10 em função do comportamento bastante significativo que o valor produzido do milho tem para a análise dos dados.

Quando comparadas, as Tabelas 4 e 5 apresentam um contraste importante. Enquanto na Tabela 4 a última coluna, da variação no intervalo proposto, quase todos os produtos manifestaram retração da área cultivada (com exceção do feijão); na Tabela 5, pelo contrário, 7 de 11 cultivares tiveram um resultado positivo na variação da série, alguns até de forma bastante expressiva.

O que se observa é a retração em termos espaciais da agricultura, mas a expansão em termos comerciais. Inferimos com isso que o setor agrícola em Conceição do Mato Dentro elevou o seu grau de mercantilização e diminuiu o grau de relações camponesas de produção. A apreciação dos estabelecimentos da agricultura familiar [5] quanto a área e número também ajuda a visualizar a situação enquanto uma possível tendência.

**Figura 2** – Número e área de estabelecimentos em Conceição do Mato Dentro (MG), 2006-2017

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017). Organizado pelos autores.

Note-se que entre 2006 e 2017 há uma expressiva redução (15%) do número de estabelecimentos da agricultura familiar, ainda que em área haja um tímido incremento de 1%. O que pode indicar uma tendência de centralização de terras; hipótese que se reforça ao nos determos sobre os grupos de área, conforme Tabela 6:

Tabela 6 – Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupo de área em Conceição do Mato Dentro (MG), 2006-2017

	nº estabelecimentos			área dos estabelecimentos		
	2006	2017	Variação	2006	2017	Variação
Total	1236	1397	13,0%	46630	66911	43,49%
Mais de 0 a menos de 0,1	34	11	-67,6%	3	1	-66,67%
De 0,1 a menos de 0,2	14	16	14,3%	2	2	0,00%
De 0,2 a menos de 0,5	140	53	-62,1%	43	19	-55,81%
De 0,5 a menos de 1	42	69	64,3%	30	44	46,67%
De 1 a menos de 2	97	92	-5,2%	130	106	-18,46%
De 2 a menos de 3	116	66	-43,1%	273	144	-47,25%
De 3 a menos de 4	69	77	11,6%	243	237	-2,47%
De 4 a menos de 5	51	82	60,8%	235	358	52,34%
De 5 a menos de 10	136	196	44,1%	1017	1388	36,48%
De 10 a menos de 20	137	226	65,0%	2003	3192	59,36%
De 20 a menos de 50	163	250	53,4%	5184	7688	48,30%
De 50 a menos de 100	80	113	41,3%	5795	7964	37,43%
De 100 a menos de 200	47	83	76,6%	6328	11459	81,08%



De 200 a menos de 500	30	47	56,7%	8969	15034	67,62%
De 500 a menos de 1.000	10	11	10,0%	6774	7327	8,16%
De 1.000 a menos de 2.500	2	4	100,0%	X	X	X
De 2.500 e mais	1	1	0,0%	X	X	X
Produtor sem área	67	-	-	0	-	-

Fonte: Censo Agropecuário (2006, 2017). Organizado pelos autores.

Os dados revelam que os grupos que perderam estabelecimentos entre 2006 e 2017, tanto em número quanto em área, são todos abaixo de 4 hectares. Enquanto os grupos de área mais elevados somam todos ganhos no número e área de estabelecimentos. O Índice de Gini de concentração de terras para o município apontava 0,785 em 2006 e 0,714 em 2017, o que indica uma desconcentração, apesar de continuar com uma concentração elevada. No entanto, analisando a Tabela 5, indica-se uma centralização destas terras nos maiores proprietários.

Por fim, há de se considerar que o próprio Projeto Minas-Rio, desde sua implementação, ainda sob responsabilidade da BMX, foi um grande agente na transformação da estrutura fundiária no município, conforme nos aponta Barcelos (2021):

Ao todo, conforme Becker e Pereira (2011), este processo de aquisições fundiárias envolvendo compra direta, desapropriações e servidões minerárias resultou em 3.880 hectares para a implantação da mina e de parte do mineroduto. Somente o “ambiente construído” – ou as áreas que “ancoram” toda a estrutura produtiva – é superior a 2.700 hectares (SISEMA, 2008, p.10-11). Já o Programa de Negociação Fundiária da Anglo American de 2010, elaborado pela Geonatura Serviços em Meio Ambiente Ltda define um total de 4.237 hectares, totalizando 32 propriedades adquiridas, dos quais 3.372 hectares destinados a instalação das estruturas do empreendimento (cavas, barragem de rejeito, depósitos de estéril, usina de beneficiamento) e 865 ha para as áreas do reassentamento (GEONATURA, 2010). Na primeira fase das remoções foram removidas 52 famílias, restando centenas de pessoas ao redor do empreendimento (FERRAZ, 2018). Além disso, a Anglo mapeou cerca de 50.000 hectares na região de Conceição e definiu os limites de 17 propriedades rurais para a execução dos projetos de compensação ambiental, totalizando cerca de 3.059 hectares para uso indireto (BARCELOS, 2018). (BARCELOS, 2021.p. 76-77)

Em suma, concluímos que a implementação do Projeto Minas-Rio enquanto um evento significativo reorganizou por completo o tecido social e territorial herdado do ponto de vista da dinâmica agrária, agrícola e rural de Conceição do Mato Dentro. Conformou-se aí, a partir de então, um sistema econômico mais mercantilizado e menos campesino. Em assim sendo, a sorte do território passa a ser definida pelo grau e natureza de sua inserção nos circuitos de reprodução do capital, mormente o próprio capital mineral, configurando uma situação de minério-dependência, conforme se verá na seção seguinte.

Estes indícios trazidos pelos dados apresentados reforçam a hipótese trabalhada em Coelho (2023) de que o desenvolvimento da mineração se faz em detrimento de centralidades econômicas anteriores à instalação do projeto, como aqui é o caso da derrocada da agricultura camponesa.

Antes de findar esta apreciação, é preciso ressaltar que os dados do Censo Agropecuário, que substanciam grande parte desta seção, datam de um intervalo (2006 e 2017) que não é o mais favorável para a análise do processo que temos em tela, já que o Projeto Minas-Rio começa a operar em 2014. Conclui-se disso que, a princípio, seria difícil discernir destes dados o que de fato pode ser creditado ao impacto do empreendimento, já que o mesmo começa a operar já para o final do intervalo proposto. Entretanto, dada a magnitude

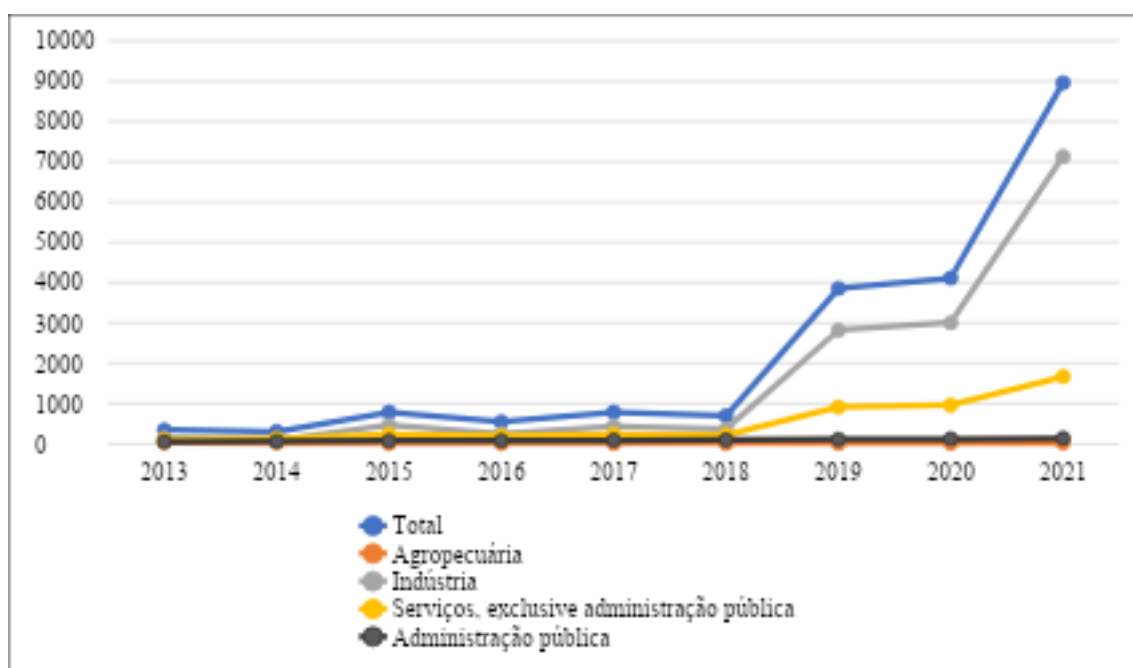


do impacto de um empreendimento como este projeto via de regra causa, acreditamos que é possível afirmar com convicção que os processos mais significativos podem ser atribuídos ao Projeto.

O DESENVOLVIMENTO COMO FÁBULA: A FACE DA MINÉRIO-DEPENDÊNCIA

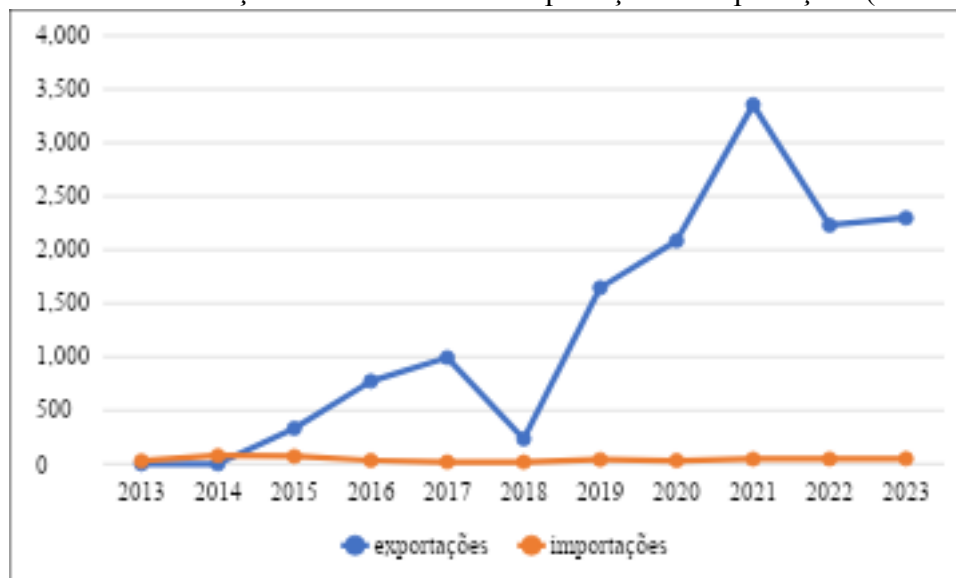
O Projeto Minas-Rio reestrutura o município de Conceição do Mato Dentro, conforme se pôde ver até aqui. Não poderia ser diferente quando um grande empreendimento que custou US\$ 8,3 bilhões (MILANEZ; SANTOS, 2019) aporta em um município cujo Valor Adicionado Bruto (VAB) total em 2013 (um ano antes do projeto começar a funcionar) foi de R\$ 344 milhões. Os indicadores econômicos expressam esta guinada (Gráfico 5). A partir de 2019 há um aumento exponencial do VAB exatamente no setor da indústria (aí incluso a indústria extrativa), que impulsiona o total e alavanca também, com menor intensidade, o setor de serviços. A administração e agropecuária mantêm-se estável no mesmo intervalo.

Gráfico 5 – Conceição do Mato Dentro (MG): Valor Adicionado Bruto (VAB) por grandes setores



Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

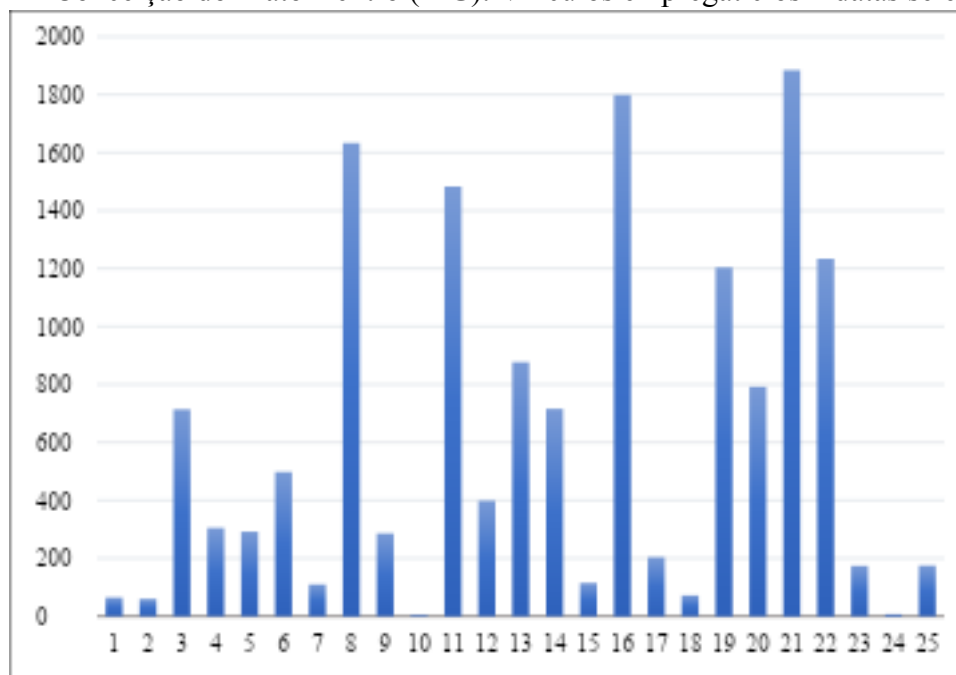
Estes resultados são tributários diretamente do elevado grau de integração do setor extrativo com o mercado global. Com a chegada do Projeto Minas-Rio, as exportações do município dispararam:

**Gráfico 6 – Conceição do Mato Dentro: Exportações e Importações (FOB U\$)**

Fonte: ComexStat. Elaborado pelos autores.

Quando visto do ponto de vista dos empregos (Gráfico 7), os indicadores, no agregado, expressam este ganho em escala. Em 2010, antes da operação do Minas-Rio, o setor que mais empregava em Conceição do Mato Dentro era o de construção civil, com 714 vínculos. Em 2022, o subsetor dos serviços era o que mais empregava, com 1884 vínculos, seguido pela indústria extrativa que contava 1800 vínculos.

Os números não deixam margem para dúvidas quanto ao impacto do projeto minerário no número de empregos disponíveis. Entretanto, é preciso apreciar estes números de maneira mais detalhada (Tabela 7).

**Gráfico 7 – Conceição do Mato Dentro (MG): Vínculos empregatícios – datas selecionadas**

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pelos autores.

O setor de serviços dispara quando o projeto já está implementado. O número de empregos formais supera inclusive os do setor extrativo. O Gráfico 7 demonstra que a esmagadora maioria dos empregos formais em Conceição do Mato Dentro para o ano de 2022 estão concentrados no setor de serviços e da Extrativa mineral. Note-se que o setor de indústria da transformação é muito pouco impactado pelo empreendimento mineral. Ou seja, a economia complementar se limita aos setores subsidiários diretos, sem gerar impacto na economia industrial. Nota-se, também que nestes setores prevalecem baixos salários, com 82% ganhando até 4 salários mínimos, conforme se vê pela Tabela 7.

Tabela 7 – Vínculos empregatícios por faixa salarial e Setor (2022)

Faixas Salariais	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	nº classes	Total
Extrativa mineral	46	1	12	211	393	279	247	215	201	119	30	46	1800
Indústria de transformação	1	13	105	32	38	3	1	1		1	0	9	204
Serviços industriais de utilidade pública	3	1	26	36	6	0	0	0	0	0	0	0	72



Construção Civil	3	30	185	166	307	149	44	44	38	54	45	139	1204
Comércio	39	171	409	69	28	9	4	2	1	3	0	57	792
Serviços	24	227	533	339	352	156	70	40	38	11	3	91	1884
Administração Pública	0	8	168	180	374	211	118	83	42	22	11	18	1235
Agropecuária	0	22	114	16	9	1	0	0	0	0	0	12	174

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pelos autores.

O que se pode concluir daqui é que, efetivamente, o empreendimento minerário de grande porte, a despeito dos vultuosos valores que movimenta, não logra proporcionar efetivo descolamento da condição de subdesenvolvimento. Isto porque, seu *modus operandi* depende exatamente destas condições que subjugam os salários e facilita o acesso aos recursos naturais de um lugar.

OS EFEITOS TERRITORIAIS DO PROJETO MINAS-RIO

Entre outubro e dezembro de 2019, foram conduzidas entrevistas com os diferentes agentes envolvidos ou afetados pelo Projeto Minas-Rio. Foram entrevistados representantes da prefeitura de Conceição do Mato Dentro, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), moradores de comunidades afetadas pela barragem de rejeitos da Anglo e integrante da Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio (REAJA).

Em dezembro de 2020, foi aprovado o licenciamento para alteamento da barragem de rejeitos do Minas-Rio, localizada em Conceição do Mato Dentro, pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (COPAM), aumentando sua capacidade de armazenamento da barragem de 40 milhões de metros cúbicos para 370 milhões de metros cúbicos. O alteamento foi aprovado, não obstante a Lei Estadual 23.291/2019 (“Mar de Lama Nunca Mais”) proibir o alteamento de barragens quando houver comunidades na zona de autossalvamento (ZAS). A ZAS corresponde à área a jusante da barragem, numa extensão máxima de 10 km, onde, em caso de rompimento, os órgãos públicos não tem tempo para salvar as pessoas, ou seja, estas devem escapar por conta própria, numa situação absurda criada pela própria legislação. A comunidade do Passa Sete está a jusante da barragem de rejeitos da Anglo, junto às comunidades da Água Quente e de São José do Jassen. O Estudo de Impacto Ambiental de alteamento da barragem (EIA, 2015) não mencionava a presença das três comunidades, apesar de estarem a menos de 1,5 km (Passa Sete), 3 km (Água Quente) e 8,5 km (Jassen) a jusante da barragem (MPE-MG, p. 25, 2018).

A questão hídrica é central para se compreender os danos causados pelo Minas-Rio. Os cursos d’água da região compõem a paisagem, e eram utilizados para o “abastecimento humano, dessedentação de animais, irrigação, agroindústria (fabricação de queijo e cachaça), lazer, pesca recreativa” (SISEMA, 2008, p.87). Após a construção da barragem, ocorreu a mortandade de peixes em 2014 e 2017 no rio Passa Sete (MPE-MG, p. 192). Muitas pessoas



que dependiam dos rios da região para lavagem de roupas, irrigação de plantação e dessedentação animais, devido à poluição e diminuição da vazão desses rios, assoreamento e seca de nascentes, foram afetadas. Em pesquisa do GESTA/UFGM, produtores de queijo relataram problemas em relação à escassez e contaminação da água, o que prejudica “a criação de bovinos, a produção de leite e, conseqüentemente, a feitura de queijo” e de requeijão (MPE-MG, p. 93).

Na comunidade de Jassen, as mulheres lavavam as roupas no rio São José. Como as plantações diminuíram por causa da menor disponibilidade de água, essas famílias passaram a dedicar uma proporção maior de sua renda na compra de alimentos que antes eram fornecidos pelas plantações domésticas. Algumas comunidades como a Água Quente e a Passa Sete possuem abastecimento de água por caminhão-pipa. No entanto, os caminhões não conseguem chegar às comunidades em épocas de chuva por causa da estrada de terra, o que causa desabastecimento nessas comunidades durante dias.

Em Conceição do Mato Dentro, visitamos a casa de uma família afetada pela barragem de rejeitos de mineração da Anglo American, na comunidade do Passa Sete. Havia uma plantação com diversos legumes e verduras que servem de alimentação para a família e ocasionalmente geram vendas. No entanto, foi relatado que o córrego que passa por dentro da propriedade, e abastece a plantação, diminuiu a vazão afetando de forma decisiva a produção rural da família. Sendo assim, não foi possível manter a produção na escala anterior à da instalação da barragem, o que afetou a alimentação da família e a geração e renda mediante venda dos produtos no mercado local. Estes dados convergem com os apresentados acerca da diminuição da área plantada no município, no Gráfico 4. Estes dados demonstram a tendência à inanição de alternativas econômicas locais para além da mineração, apesar da legislação vigente denotar a necessidade de aplicação de parcela da CFEM na construção de alternativas econômicas.

Segundo um morador de Conceição do Mato Dentro que acompanha o licenciamento do Minas-Rio desde o início, a comunidade do Sapo, que também está a jusante da barragem, era um centro produtor de farinha e polvilho. No entanto, devido à emissão de poeira nas mediações da infraestrutura de mina, se tornou impossível secar o polvilho e desapareceu a produção tanto de polvilho quanto de farinha na comunidade.

Acerca do mineroduto, em 2018, ocorreram dois vazamentos causando transtornos para as comunidades e a emissão de poluentes em córregos e rios. Em relação aos efeitos do mineroduto, uma das representantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) levantou os problemas de infraestrutura em casas localizadas próximas ao mineroduto causados pela vibração constante gerada pelo mineroduto. As casas apresentam rachaduras e correm o risco de desabarem.

Duas representantes do MAM destacaram os problemas psicológicos decorrentes da exposição ao risco de rompimento da barragem nas comunidades a jusante. Os moradores dessas comunidades encontravam problemas para dormir e, em dias de chuva, elas se deslocavam para casas em locais mais altos buscando fugir de uma possível avalanche de rejeitos gerada pelo rompimento da barragem. Cabe sublinhar que no dia 3 de janeiro de 2020 os alarmes instalados nas comunidades Jassen e Água Quente emitiram som de alerta supostamente devido a um rompimento na barragem (GONÇALVES, 2020). Uma moradora da comunidade da Água Quente precisou ser encaminhada para o Pronto Socorro (DEFATO ONLINE, 2020). Após o ocorrido, a Anglo American emitiu nota dizendo desconhecer as causas do disparo e acreditar ter sido acidental, possivelmente, por questões magnéticas (raios) (CMD, 2020). Importante sublinhar que os disparos acidentais de alarmes de



rompimento de barragem têm ocorrido com maior frequência em outras localidades de Minas Gerais após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o que pode ser uma estratégia corporativa para fragilizar a negociação com os moradores dessas regiões levando-os a aceitarem as condições impostas pelas empresas de mineração (OLIVEIRA et al, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da minério-dependência se deu através da inserção de uma força vertical que desorganizou a economia pretérita no município e a subordinou a uma nova lógica econômica acumulativa. Os dados indicam que, ao contrário do que o discurso corporativo quer fazer crer, o avanço da mineração como um vetor modernizante não foi capaz de universalizar padrões tidos como modernos, muito pelo contrário. O vetor modernizante desorganiza a economia pretérita e, no entanto, não é capaz de absorver a mão-de-obra liberada. Fugindo da dualidade, e entendendo a complementação do moderno como “atraso”, a partir dos dois circuitos da economia, entende-se que este vetor de modernização reforça o atraso, ao contrário de superá-lo.

O processo contraditório gerado pela mineração no município beneficia poucos agentes, geralmente fornecedores de serviços (hotelaria, alimentação, segurança e limpeza) na estrutura minério-dependente, e outros vindos de contextos externos, ao mesmo tempo em que mantém para a maioria um perfil de postos de trabalho de baixo nível de remuneração e de alta iniquidade.

Em termos de efeitos territoriais, o Projeto Minas-Rio provou ser uma matriz de diversos danos a partir da questão hídrica para as populações rurais de CMD. Gerador de danos para a agricultura, alimentação digna e da própria sobrevivência dessas populações.

Esta situação da estrutura produtiva é resultado e causa de relações de poder próprias da minério-dependência. Para investigar tais relações seria necessário um trabalho de campo direcionado a isso, mas é possível perceber como a trajetória minério-dependente reforça o seu próprio conteúdo através desta relação orgânica entre estrutura produtiva minério-dependente e rede de relações de poder que priorizam a mineração enquanto fundamento da economia local.

Trata-se de uma primeira investigação a ser complementada à luz da teoria marxista da dependência. Em pesquisas futuras, pretendemos compreender este fenômeno como mecanismos de transferência de valor.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que financiou a pesquisa do qual este artigo é parte (APQ 242-24).

NOTAS

1 – “Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes.” (SANTOS, 2004. p. 95)



2 – Sobre a noção de “solidário”, não há qualquer denotação moral. Outrossim, nos valemos da noção empregada por Milton Santos: “A noção, aqui, de solidariedade, é aquela encontrada em Durkheim e não tem conotação moral, chamando a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.” (op.cit. p. 166)

3 – Reunião realizada em outubro de 2019, na prefeitura de Conceição do Mato Dentro.

4 – Infelizmente, por se tratar de pesquisas distintas, não é possível fazer a comparação das mesmas datas, fato que, em nossa avaliação, se não é desejável, não invalida as conclusões possíveis.

5 – Não é nossa intenção equiparar a categoria camponês com agricultura familiar. Para esta discussão, acompanhamos as formulações de Germer (2002) e Shanin (2005). No entanto, pela forma de organização dos dados estatísticos, a categoria agricultura familiar é a que mais se aproxima de camponês

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGLO AMERICAN. Relatório Anual. 2015.

ANGLO AMERICAN. Relatório Anual. 2016.

ANGLO AMERICAN. Relatório Anual. 2017.

ANGLO AMERICAN. Relatório Anual. 2018.

ANGLO AMERICAN. Relatório Anual. 2019.

ANM. Maiores arrecadadores. 2024. Disponível em: <
https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx >

BARCELOS, E. Mineração e questão agrária: grandes projetos, regime de terras e a formação do latifúndio minero-exportador no contexto do Projeto Minas Rio (2007-2014). *Revista NERA*, v. 24, n. 59, p. 62-87, 2021.

CMD. Nota de esclarecimento sobre a sirene de emergência na comunidade de Cachoeira de Baixo. 2020. Disponível em: <
<https://cmd.mg.gov.br/noticias/nota-de-esclarecimento-sobre-a-sirene-de-emergencia-na-comunidade-de-cachoeira-de-baixo> >

COELHO, T. P. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, nº 41, p. 252-267, jul./dez. 2018.

_____. Uma vila esquecida: minério-dependência e os efeitos da mineração de ouro na economia de Godofredo Viana. *Rev. Pós Ciênc. Soc.*, São Luís, v.20, n.1, 167-192, jan/abr, 2023.

_____. Uma Vila Esquecida: minério-dependência e os efeitos da mineração de ouro na economia de Godofredo Viana. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 20, n. 1, p. 167–192, 27 Fev. 2023 Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpsoc/article/view/20937>. Acesso em: 7 set 2024.

CORRÊA, F. Em Minas Gerais, 480 cidades dependem dos royalties da mineração. 2019. Disponível em: <
<https://www.otempo.com.br/cidades/em-minas-gerais-480-cidades-dependem-dos-royalties-da-mineracao-1.2131108> >

DEFATO ONLINE. Mulher passa mal após sirene erroneamente em distrito de Conceição do Mato Dentro. 2020. Disponível: <
<https://defatoonline.com.br/mulher-passa-mal-apos-sirene-tocar-erroneamente-em-distrito-de-conceicao-do-mato-dentro/> >

DE OLHO NA CFEM. ARRECADAÇÃO E USO DA CFEM: limitações nos Portais da Transparência dos municípios minerados e afetados (2023-2024). 2024. <
<http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2024/05/Nota-Te%CC%81cnica-10-Arrecadac%CC%A7a%CC%83o-e-uso-da-CFEM.pdf> >

GERMER, C.M. A irrelevância prática da agricultura ‘familiar’ para o emprego agrícola. *Reforma Agrária*, v. 31, nº 1, jan/abr, pp. 47-62, 2002



GONÇALVES, Anna. Sirene dispara próximo a barragem da Anglo American em Conceição do Mato Dentro. 2020. Disponível em: <https://defatoonline.com.br/sirene-dispara-proximo-a-barragem-da-anglo-american-em-conceicao-do-mato-dentro/> <

HENDERSON, J. (et.al.). Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. Revista Pós Ciências Sociais, v.8, nº15, p. 143-170, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/590/337>.

IBGE. 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/?lang=> >

IORIO, G. S.; MAGNO, L. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 8, n. 2, p. 34-59. 2019.

MAGNO, L.; WANDERLEY, L. J.; IORIO, G.S., MILANEZ, B. Territórios corporativos da mineração: barragens de rejeito, reconfiguração espacial e deslocamento compulsório em Minas Gerais – Brasil. *Revista NERA*, 26(66), p. 15-40, 2023.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6ªed. Florianópolis: Insular: 2017a.

_____. Dialética da dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017b.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. dos. Mineração e captura regulatória: A estratégia da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG). *Rpocs*, v. 16, nº 32, p. 69-91, ago/dez de 2019.

MPE-MG. Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto do empreendimento Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, Minas Gerais. Estudo Preliminar. 2018.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, N. ALVES, L. Vídeo mostra moradores fugindo após sirene de Brucutu soar acidentalmente. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/o-tempo-contagem/video-mostra-moradores-fugindo-apos-sirene-de-brucutu-soar-acidentalment-e-1.2153716> <

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, R.S.P. dos; MILANEZ, B. Poder corporativo e ação econômica: reflexões a partir da mineração de ferro. *Política & Trabalho*, nº 48, p. 95-113, Janeiro/junho de 2018.

SICONFI. 2019. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf.jsf?jsessionid=uqR1rUadzSJK5xsKBDdguk.node1 <

TCE-MG. 2019. Disponível em: < <https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/dashboard> >